



# SUSTENTABILIDADE INDUSTRIAL



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

## OPINIÃO

### O futuro da energia

Eduardo Viola\*

O Brasil necessita assimilar profundamente um dos desenvolvimentos sistêmicos mais relevantes dos últimos tempos: as energias eólica e fotovoltaica. Essas fontes se tornaram progressivamente competitivas *vis a vis* às fontes tradicionais, incluídas as fósseis. Como resultado da queda de preços e do avanço da tecnologia de baterias, os dois principais obstáculos que essas fontes apresentavam eram alto custo e intermitência. Acreditamos que tendem a diminuir e que, conseqüentemente, passem a adquirir uma lógica de expansão própria, que não depende do alto preço do petróleo, como foi até o final da década passada.

O Brasil tem um potencial particularmente gigantesco na área de energia solar fotovoltaica, que é a energia do futuro. O governo brasileiro deveria

tornar como prioridade o desenvolvimento desse tipo de fonte, e fazer a transição para uma nova concepção do Sistema Interligado Nacional (SIN), em que a regra não seja somente o menor preço, mas também a transição energética.

O processo de transição demanda ainda duas ações complementares de fundamental importância: a redução progressiva dos subsídios à produção e consumo de combustíveis fósseis e o desenvolvimento de uma rede inteligente de energia (*smart grid*), que permita a geração descentralizada e a interconexão eficiente das diferentes fontes de energia. O governo brasileiro deveria investir em uma diplomacia solar fotovoltaica, orientada a captar tecnologia e recursos financeiros para desenvolver o setor no Brasil e a advogar pela disseminação global da tecnologia.

*\*Eduardo Viola, PhD - Professor Titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB). O artigo reflete a opinião do pesquisador e professor acadêmico.*

## Sabia que...

No Brasil, já é possível construir edificações sustentáveis e com base em recursos renováveis a partir da tecnologia *wood frame*. A tecnologia, amplamente empregada nos Estados Unidos e na Europa, foi inaugurada na região metropolitana de Curitiba, em 2016, com edificações de até quatro pavimentos. A empresa Tecverde trouxe o sistema para o país e assegura que o mesmo segue os padrões internacionais e atende às normas brasileiras quanto ao desempenho estrutural, de incêndio, de impermeabilização e de conforto termoacústico. A tecnologia apresenta performance e durabilidade iguais ou su-

periores aos sistemas convencionais, tendo durabilidade superior a 50 anos e sem necessitar grandes manutenções. Dentre as vantagens da tecnologia sustentável *wood frame* estão a eficiência e rapidez do processo de montagem, além da redução do impacto ambiental. Os modelos de casa construídos podem variar bastante, fugindo do padrão das casas pré-fabricadas em forma de chafé de montanha.



# Conselhos de Meio Ambiente e Sustentabilidade (COEMAS)

## ► NACIONAL

CNI - Brasília, 22/06/2017

Este ano marca a realização da 100ª reunião do Coema Nacional. O evento contou com a presença de conselheiros, autoridades federais e governamentais, além de lideranças da CNI. Dentre os temas em debate, destacaram-se: i) as perspectivas para a implementação da NDC brasileira ao Acordo de Paris e o desafio da nova governança de clima no Brasil; ii) o 8º Fórum Mundial da Água e as oportunidades para o setor de negócios, que teve a participação do novo diretor executivo do fórum e superintendente de Implementação de Programas e Projetos da Agência Nacional de Águas-ANA, Ricardo Andrade. Ao evento, estiveram presentes e apresentaram contribuições o senador Jorge Viana, presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, o diretor do Departamento de Políticas em Mudança do Clima do Ministério de Meio Ambiente, José Domingos Gonzalez Miguez, a presidente do Ibama, Sueli Araújo, a diretora da ANA, Gisela Damm Forattini, e o secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Olavo de Andrade Lima Neto. A CNI foi representada pela diretora de Relações Institucionais, Mônica Messenberg, pelo presidente do Coema Nacional, Marcos Guerra, e pelo secretário executivo do conselho, Shelley Carneiro.



100ª Reunião do Coema Nacional na sede da CNI em Brasília.

## Regionais

### ► CENTRO-NORTE

FIEMT – Cuiabá, 18/05/2017



Shelley Carneiro na abertura do Coema Centro-Norte.

A 24ª reunião do Centro-Norte contou com a participação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Cuiabá, da Superintendência do Ibama em Mato Grosso, além dos diversos representantes dos estados da região e da FIEMT. O encontro debateu as potencialidades e as novas tecnologias para o uso da madeira. Foram apresentados os cenários de mercado para o setor de base florestal, com o destaque para as tecnologias *Wood Frame* e madeira laminada colada (MLC). O painel contou com a participação de Ricardo Russo, especialista de conservação da

WWF-Brasil; Pedro Moreira, diretor de engenharia de produto da Tecverde Construções Eficientes; Hélio Olga, engenheiro e empresário da ITA Construtora; e Flávio Rezende, coordenador da área de desenvolvimento de negócios para a geração de energia da TMG. No segundo painel, os conselheiros apresentaram o estado da arte do Licenciamento Ambiental nos seus respectivos estados, possibilitando uma avaliação comparada da implementação do instrumento nas regiões Norte e Centro-Oeste.

## ► NORDESTE

FIERN, Natal, 09/06/2017

Financiamento para saneamento e resíduos sólidos urbanos foi um dos temas centrais da reunião que contou com a presença de representante do Ministério das Cidades. Dentre os pontos tratados destacaram-se: a organização da gestão do saneamento e dos resíduos sólidos no governo federal, a quantidade de municípios por tipo de destinação adotada, a estratégia e as modalidades de apoio do Ministério das Cidades, além dos requisitos para sustentabilidade nas ações do governo federal. O coordenador da Rede de Resíduos Sólidos da CNI, Wanderley Baptista, tratou da importância da recuperação energética de resíduos para o Brasil e do quadro regulatório do setor, a recuperação energética na Política Nacional de Resíduos Sólidos, o panorama dos resíduos sólidos no Brasil, os sistemas de recuperação energética e o estado da arte da recuperação energética finalizando com os caminhos para avançar. Por fim, Mário William, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), expôs sobre a recuperação energética de resíduos sólidos na indústria de cimento. Em linhas gerais foram apresentados: o cenário, a relação entre o coprocessamento e a hierarquia de gestão de resíduos; a economia circular e o desenvolvimento sustentável, processo produtivo do cimento, grande variedade de resíduos, regulamentação, cenários internacionais, dentre outros pontos.



*Presidente da FIERN prestigia Coema Nordeste (centro).*

## ► SUL-SUDESTE

FIESP – São Paulo, 20/06/2017

A 21ª reunião do COEMA Sul-Sudeste abordou dois temas cruciais para a gestão ambiental na indústria brasileira: padrões de qualidade do ar e logística reversa. As federações integrantes do Coema Sul-Sudeste apresentaram a situação dos padrões de qualidade do ar em seus respectivos estados, com especial ênfase à legislação aplicada, aos padrões utilizados, à metodologia do monitoramento da qualidade do ar, dentre outros. Para o tema da logística reversa foi apresentada a experiência do estado de São Paulo, a qual enfa-

tiza a desoneração das cadeias produtivas e a relevância da parceria entre estado e indústria, de forma a viabilizar os Termos de Compromissos de Logística Reversa do Estado. Além disso, uma nova configuração está sendo pensada para estas cidades. A ideia é agregar valor à região estabelecendo um novo modelo de produção agrícola e pesqueira, com inclusão de tecnologia, inovação e educação ambiental, de forma a criar oportunidades de desenvolvimento para a região.



*Mesa de abertura do Coema Sul-Sudeste na FIESP.*

## PALAVRA DOS CONSELHEIROS

# A agenda ambiental e suas perspectivas

A visão de alguns integrantes do Conselho Nacional de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI



*José Lourival Magri*

### **JOSÉ LOURIVAL MAGRI**

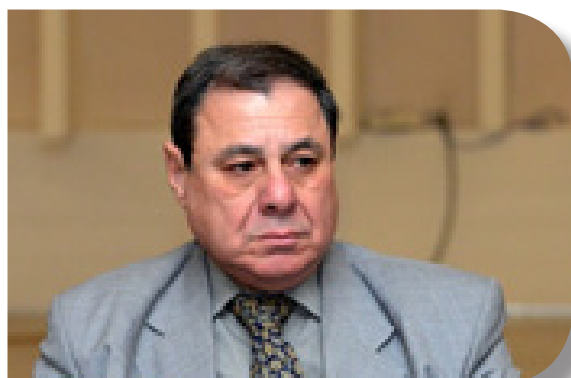
*Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina /  
Conselheiro do Coema Nacional e Coema Regional Sul-Sudeste*

#### **1. Qual é o papel do COEMA na modernização da política ambiental brasileira?**

O COEMA Nacional tem um papel muito importante que é ouvir e acolher a diversidade do Brasil. Temos diferentes regiões e diferentes realidades. É um fórum capaz de reunir muitas pessoas e onde há espaço para todos se expressarem. Temos que apresentar a posição da indústria e sua diversidade, não só em termos de produtos e de processos, mas também de culturas. É importante fazer com que a legislação ambiental brasileira reconheça toda essa diversidade, já que o Brasil possui esse diferencial tão importante para a indústria.

#### **2. Como avalia a integração da política ambiental brasileira com as diferentes políticas públicas associadas ao meio ambiente?**

É preciso avançar muito. A política de meio ambiente tem que ser transversal. Não podemos isolá-la numa caixinha diferente das outras. Ela tem que perpassar por todas as políticas públicas, pois a questão de meio ambiente encontra-se em todas elas. Não podemos tratar o meio ambiente como uma política isolada e onde só os profissionais da área falam. A questão ambiental é também uma questão de competitividade que vai influenciar, pelo bem ou pelo mal, nosso produto.



*Mário William*

### **MÁRIO WILLIAM**

*Associação Brasileira do Cimento Portland/Conselheiro do Coema Nacional*

#### **1. Quais são os temas da agenda ambiental que o Coema Nacional priorizou nos últimos anos e que são importantes para o setor de cimento?**

Sem dúvida nenhuma, o tema prioritário para o meu setor tem sido o tratamento de resíduos industriais e urbanos. O grande problema ambiental atual do Brasil é a questão dos lixões. O COEMA está dando um grande apoio para a regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que permite o tratamento térmico do resíduo sólido urbano. O Ministério das Cidades e a CNI têm se empenhado e realizado o trabalho de incentivar e regulamentar essa política. Em Sergipe, vamos ter o primeiro exemplo de coprocessamento de resíduos sólidos urbanos tratados em fornos de cimento.

#### **2. Como avalia o trabalho do COEMA Nacional ao longo dos anos?**

Há três anos faço parte do COEMA e vejo o trabalho maravilhoso que tem feito, sobretudo em relação às Mudanças Climáticas. O Brasil foi signatário do Acordo de Paris e a CNI e o COEMA tiveram papel fundamental e decisivo na interlocução da indústria brasileira junto ao governo brasileiro. O nosso é um setor sensível porque a emissão de CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono) é inerente ao processo de fabricação do cimento.



Adelaide de Fátima Gonçalves de Oliveira

## ADELAIDE DE FÁTIMA GONÇALVES DE OLIVEIRA

Federação das Indústrias do Estado do Acre / Conselheira  
do Coema Nacional e do Coema Regional Centro-Norte

### 1. Qual é a importância do COEMA Nacional e quais os avanços nos temas da área ambiental que observa ao longo dos anos?

Posso afirmar que a convivência entre os estados amazônicos e os conhecimentos adquiridos em debates, palestras e eventos têm sido muito importantes. Há muitas ferramentas e experiências que são conhecidas aqui e replicadas no estado do Acre e temos, também, trazido ao COEMA casos bem-sucedidos do nosso estado. Juntos temos produzido documentos de posição que são apresentados aos ministérios, mostrando a força e a articulação das federações estaduais e influenciando as políticas públicas que impactam os estados. As conquistas ambientais são inúmeras e o COEMA tem sido fundamental ao promover essa aproximação entre as federações estaduais e os órgão de governo.

### 2. O que isso representa para um estado amazônico como o Acre, em termos de articulação e organização?

É importante saber que não estamos sós. Sozinhos não conseguimos fazer nada. Nós precisamos das instituições, dos presidentes das federações e dos sindicatos porque a questão ambiental é fundamental para a manutenção dos recursos internacionais investidos na Amazônia. Se não conseguirmos mostrar que é possível fazer política sustentável de desenvolvimento, onde a indústria esteja inserida em ações mitigadoras, perderemos grandes oportunidades de apoio, como, por exemplo, no Fundo da Amazônia. O Brasil tem a maior biodiversidade do mundo e o estado do Acre tem 87% de cobertura florestal. Sabemos o quanto os Fundos são necessários para apoiar esse segmento na Amazônia.

## ENTREVISTA ESPECIAL

### MARCELO MORAES

Coordenador do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (FMASE) e Vice-Presidente de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (ABIAPE)

**1. Atualmente, identificamos incertezas em relação ao futuro na área de energia. A geoeconomia mundial, o comportamento da demanda de energia e a reação do mercado de petróleo em termos globais, o ritmo de desenvolvimento das tecnologias renováveis e as ações para a redução global das emissões de GEE são algumas delas. Num cenário tão incerto, qual é desafio de planejar na área de energia? Utilizando o marco referencial da agenda de clima, é possível prever como estaremos em 2030?**



Marcelo Moraes

Mesmo diante da incerteza, a tendência é que diante das metas mundiais, assumidas por mais de 190 países, para limitar o aumento da temperatura no mundo abaixo de 2° C até 2100, haverá uma transição energética mundial para uma economia com baixa emissão de carbono. Isto depende, significativamente, da redução do uso de combustíveis fósseis na geração de eletricidade. No Brasil, em razão dos compromissos assumidos na 21ª Conferência das Partes (COP21), a tendência é que a matriz elétrica brasileira mantenha a sua característica renovável.

A participação de fontes renováveis na matriz de geração brasileira atualmente é de cerca de 80%, segundo dados do Boletim Mensal de Energia (Abril/2017<sup>1</sup>), elaborado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (SPE/MME). Nesse sentido, o Brasil conta com posição privilegiada para acomodar

1 <http://www.mme.gov.br/documents/1138787/19852878/04+-+Boletim+Mensal+de+Energia+-+Abril+2017+%28PDF%29.pdf/b2353af1-2d91-495d-9e0b-300cae6477f8>

uma expansão significativa de energias renováveis. Na COP21, o Brasil comprometeu-se não só a reduzir as emissões de GEE em 37% em 2025, em relação aos níveis de 2005, e em 43% na mesma base de comparação até 2030. Contudo, mais especificamente para o setor de energia, o Brasil estabeleceu três metas adicionais (NDCs) ao Acordo de Paris: (i) atingir participação de 45% de energias renováveis, expandir o uso de fontes renováveis, além da energia hídrica, para uma participação de 28% a 33%, na Matriz Energética em 2030; (ii) aumentar a participação de bioenergia para 18% até 2030, expandindo o consumo de biocombustíveis, a oferta de etanol (inclusive segunda geração) e a parcela de biodiesel na mistura do diesel; e (iii) expandir o uso de fontes renováveis, além da energia hídrica, na matriz total de energia para uma participação de 28% a 33% até 2030 (EPE, 2016).

Neste ponto, em que pese o setor ser considerado dinâmico, o que permite ajustes na expansão, o sistema já está com elevado grau de flexibilidade, o que acaba por demandar uma energia firme para segurar a geração nos horários de pico de consumo. Para suportar tais períodos, hoje o sistema conta com: (i) da preponderância Hidrelétrica (quase 70% da capacidade instalada), (ii) da estocagem através dos reservatórios hídricos (211 TWh, equivalente a pouco menos de 5 meses da carga anual), e (iii) da possibilidade de intercâmbio elétrico-energético através de um sistema de transmissão de dimensão continental (o SIN atende a 98% da carga do país), o que permite a importação ou exportação de energia – elétrica, eólica,

solar, térmica, etc. – entre as regiões, em caso de dificuldade no suprimento ou excesso de oferta. Assim, ainda que o planejamento do governo, em especial, os PDEs<sup>2</sup> e a NDC<sup>3</sup> (acredito que as siglas devem ser indicadas para ampliar o público, mesmo que em nota de rodapé), aponte para o acréscimo da capacidade instalada das renováveis não hídricas, e confirme a maior participação dessas fontes na matriz elétrica de médio prazo, uma pressão vem à tona, no que diz respeito à configuração futura indicada para a matriz elétrica brasileira. Se, por um lado, o protagonismo das renováveis torna plausível uma transição acelerada, por outro, introduz problemas e desafios a serem enfrentados, como a intermitência e a descentralização dos fluxos de energia.

Segundo o PDE mais recente (PDE 2024), a matriz elétrica brasileira manterá sua característica renovável no horizonte de 10 anos, mesmo com a queda da participação das médias e grandes hidrelétricas com reservatório, o que se dará, dentre outros fatores, pela significativa expansão da eólica e da solar. Pelo PDE em 2024 a matriz será composta principalmente por 56,5% de hidroeletricidade; 1,4% de nuclear; 14,5% de térmica; 3,9% de PCH; 3,4% de solar; 8,7% de biomassa; e 11,6% de eólica.

Pelas projeções de 2017<sup>4</sup>, percebe-se que a geração hídrica cairá de 66%, para 56%; enquanto a geração eólica sairá de 6%, para quase 12%; e a solar de 0 a 3,4%. Ou seja, a energia que hoje é considerada um acréscimo marginal, passará a ser expressiva, demandando alterações no critério de planejamento e operação do sistema.

**2. Recentemente, novos desafios para o planejamento energético surgiram com a ratificação do Acordo de Paris. No Brasil, a necessidade de diminuir as emissões de GEE tem se traduzido em mais investimentos em energias renováveis, como a solar e a eólica. No entanto, a geração por meio dessas fontes é intermitente, sendo necessária uma geração complementar por meio de usinas hidrelétricas ou termelétricas. Com base nesse cenário, como podemos conciliar o desafio de garantir a oferta de energia, sem desconsiderar os impactos ambientais e socioeconômicos envolvidos?**

A matriz elétrica nacional é essencialmente renovável, baseada principalmente na hidroeletricidade. De acordo com o último PDE (2024), a energia eólica e a solar deverão contribuir de forma expressiva para a expansão da oferta de energia elétrica em bases renováveis. A grande preocupação é a incerteza que a variação do vento e do sol causa sobre a produção das renováveis, ge-

rando a intermitência dessas fontes, o que obriga a ter uma energia firme, podendo ser hidráulica ou térmica.

Diante disso, haverá necessidade de avaliar qual opção o País definirá: (i) expansão da geração hidráulica ou (ii) expansão do parque térmico. No caso das térmicas, como comprovado nos últimos

2 Plano Decenal de Expansão, relatório que indica os rumos da expansão energética no país

3 NDC (sigla em inglês para Contribuição Nacionalmente Determinada)

4 <http://www.mme.gov.br/documents/1138787/19852878/04+-+Boletim+Mensal+de+Energia+-+Abril+2017+%28PDF%29.pdf/b2353af1-2d91-495d-9e0b-300cae6477f8>

anos, no Brasil, em função do aumento do despacho das usinas termelétricas, há um inevitável aumento na emissão de CO<sub>2</sub>. Uma opção para o futuro próximo será o gás natural oriundo do pré-sal, menos poluente do que outras fontes fósseis, como o óleo e o carvão. No entanto, ainda, carece de uma legislação clara e transparente para atrair investidores nesse segmento.

A legislação ambiental foi e será uma das grandes barreiras para o Setor de Energia. Essa discussão é uma eterna disputa entre os investidores e os ambientalistas, desenvolvimento sustentável x preservação. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) já sinalizou que a hidrelétrica pode ser um aliado de peso para a redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE), porém considerando que o seu cenário de expansão seria na região Amazônica, isso resultaria em alguns impactos socioambientais.

Assim sendo, a decisão da expansão do parque gerador brasileiro depende de uma escolha política de qual matriz elétrica queremos. Hoje, somos “hidro-térmicos”, com mais de 80% de energia limpa. Caso a sociedade opte por não mais licenciar hidrelétricas de grande porte, o backup energético brasileiro, necessariamente, deverá ser térmico. Importante frisarmos que as duas formas, hídrica ou térmica, são necessárias para garantir a expansão de outras fontes, como a eólica e a fotovoltaica. O FMASE defende um mix entre todas essas fontes, considerando um diferencial exclusivo do Brasil em ter excelente capacidade de geração de qualquer uma delas. A convivência entre hidrelétricas, termelétricas (em seus diversos combustíveis) e renováveis complementares (eólica e fotovoltaica) pode e deve ser utilizada em prol do consumidor de energia brasileiro, propiciando preços módicos, energia limpa, com desenvolvimento para o País e competitividade para sua indústria.

**3. Na busca por maior utilização de energias renováveis e de maior autonomia para o consumidor, a Geração Distribuída (GD) vem sendo considerada um caminho sem volta no desenvolvimento do setor elétrico. Entretanto, essa nova estrutura causará impactos em todo o sistema de transmissão e distribuição de energia, e demandará uma sofisticada infraestrutura. Considerando o estado atual das redes de distribuição no Brasil e as recentes mudanças na regulação do setor, a quanto estamos dessa revolução no nosso sistema elétrico?**

De fato, o avanço da Geração Distribuída (GD) é um processo inexorável. Com a necessidade crescente por energia elétrica rumo ao desenvolvimento, é natural que consumidores busquem possibilidades que lhes permitam gerar energia para seu próprio consumo, seja ela total ou parcial.

No entanto, para o avanço sustentável da GD, alguns aspectos devem ser observados. Primeiramente, o crescimento da GD não deve comprometer o funcionamento do mercado do setor elétrico brasileiro, o que implica em não gerar desequilíbrios aos agentes de mercado. Neste sentido, é necessário que as distribuidoras de energia elétrica que, efetivamente, são as que possuem vínculo direto com os consumidores, sejam adequadamente remuneradas pelo serviço do fio, incluindo sua manutenção e os investimentos necessários para garantir qualidade satisfatória e crescente das redes, assim como a sua modernização.

Olhando para a dimensão social da questão, é preciso eliminar barreiras que possibilitem aces-

so da universalidade de consumidores a equipamentos que viabilizem a geração distribuída. Atualmente, devido ao elevado custo de painéis de geração fotovoltaica, por exemplo, apenas a parcela com maior capacidade de renda consegue ter acesso à GD. Isso pode mudar com maior velocidade em função de projetos que se espalham por todo o Brasil, incluindo a geração distribuída nos programas de habitação popular, facilitando a aquisição dos equipamentos pelos consumidores de menor renda.

Por fim, outro ponto importante para se avançar e expandir a GD é o avanço das tecnologias, incluindo a modernização das redes. Cada vez mais, medidores inteligentes e multifuncionais serão demandados para garantir a funcionalidade do sistema operando com GD.

Uma vez atendidas as dimensões social e econômica da sustentabilidade, a geração distribuída avançará cada vez mais com maior celeridade em todo o país.



## PEGADAS SUSTENTÁVEIS

• A CNI permanece em diálogo com os poderes Legislativo e Executivo sobre o PL 3729/04, referente aos procedimentos para o licenciamento ambiental no Brasil. O objetivo é alcançar o máximo de convergência possível entre os atores. A CNI tem defendido os interesses do setor industrial com base na **Proposta da Indústria para o Aprimoramento do Licenciamento Ambiental no Brasil**. O substitutivo está na pauta da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) sob a relatoria do deputado federal Mauro Pereira (PMDB/RS), e deve seguir para votação em plenário em seguida.

- A CNI lança o estudo **Implicações da COP21 para o Setor Elétrico**, que consiste na avaliação da medida proposta no evento pelo Brasil que trata da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC).
- O documento base **Implementação e Financiamento da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil** está em fase de consulta pública até 30 de julho.
- O **Projeto PMR – Partnership for Market Readiness** (projeto para a precificação de carbono), coordenado pelo Ministério da Fazenda (MF): a CNI instalou a câmara técnica sobre Instrumentos Econômicos para Precificação de Carbono. Em 29 de maio foi realizado o workshop “A Precificação do Carbono e os Impactos na Competitividade do Setor Industrial Brasileiro”, com a participação de federações de indústria, associações setoriais, empresas e integrantes do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e do Ministério da Fazenda (MF).
- A plataforma brasileira sobre **Normas Voluntárias de Sustentabilidade** foi lançada em 31 de maio sob coordenação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).
- A 37ª reunião ordinária do **Conselho Nacional de Recursos Hídricos**, realizada em 29 de junho, estabeleceu a recomposição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o mandato em curso do Colegiado.
- O **Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (Cgen)** elabora proposta de Resolução de Lista de Funções Não Consideradas Determinantes para Existência de Características Funcionais dos Produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, além de proposta de aprimoramento do seu regimento interno.



### Veja mais

Conheça o que a CNI pensa sobre a sustentabilidade na indústria do nosso país:  
[www.cnisustentabilidade.com.br](http://www.cnisustentabilidade.com.br)